

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 12 Estado de São Paulo

Class.: 19

Data: 20/11/75

Pg.: _____

Guajajaras atacam povoado

Do correspondente e da Sucursal

Exatamente no prazo concedido há cerca de um mês e meio pelos caciques das aldeias guajajaras para a retirada dos invasores brancos, mais de 200 índios arrasaram, na última segunda-feira, o povoado de Marajá, distante 300 quilômetros de São Luís e localizado dentro da reserva indígena. O ataque, contudo, foi uma vingança pela agressão sofrida pelo chefe do posto indígena de Angico Torto, Mario Murici, apunhalado duas vezes pelas costas, quando se encontrava no povoado, anunciando que a Funai havia encontrado uma solução para o problema da invasão de terras da reserva — e da retirada dos invasores — sem prejuízo para os moradores que não deixaram a reserva no prazo estabelecido.

Mario estava acompanhado de seis índios guajajaras, que imediatamente reagiram, matando seus agressores. Em seguida eles o levaram de volta à aldeia, reuniram mais de 200 índios e atacaram o povoado, que em menos de uma hora foi incendiado e seus 230 moradores expulsos, segundo informou ontem o delegado regional da Funai, José Raimundo Renor. Quanto a Mario Murici, foi medicado pelo enfermeiro do posto de Angico Torto e levado para uma clínica em São Luís, onde se encontra fora de perigo.

Ontem, a Funai distribuiu uma nota à imprensa, em Brasília, afirmando que "agentes da Superintendência Regional da Polícia Federal, no Maranhão já se encontram na área do povoado de Marajá, onde a situação é calma e sob controle". O desfecho, contudo, era esperado, uma vez que a luta dos guajajaras pela posse de suas terras vinha desde junho passado, quando foi dado o prazo até 31 de julho para que a reserva fosse desocupada. E apesar disso nenhuma solução foi encontrada. "Alertamos da decisão dos índios — afirmou José Raimundo Renor — demos inúmeros prazos, fizemos tudo o que era possível para evitar a ocorrência". Agora, é difícil prever o que poderá acontecer.

"Há bastante tempo a delegacia regional da Funai vinha procurando uma solução para a retirada de cerca de oito mil invasores da área do posto indígena Angico Torto, localizada no município de Amarante, no Estado do Maranhão, que naquele local chegaram a criar

um povoado denominado Marajá" — afirma a nota distribuída pela Funai. — "Chegou mesmo a ser firmado um acordo com o delegado de polícia de Amarante, o representante do prefeito da cidade, o representante da Federação dos Trabalhadores Rurais de Amarante, os representantes dos invasores, os caciques das aldeias guajajaras, e o delegado regional da Funai, na presença do superintendente regional do Departamento de Polícia Federal do Maranhão. Este acordo teve seu prazo para a retirada dos invasores prorrogado três vezes, tendo o último prazo expirado em setembro último, quando os invasores não se retiraram da área, o que deixou os índios revoltados, que só não tomaram outras atitudes devido à intervenção do chefe do posto Angico Torto, que os controlou".

Há pouco mais de um mês, o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira esteve em São Luís, quando manteve dois encontros com as principais autoridades fundiárias e de segurança do Estado. Nenhum deles resultou numa solução para o problema. E, ao final, comentava-se que a questão poderia ser transferida para o governo federal, em Brasília, o que não ocorreu.

Na ocasião, um cacique guajajara afirmara ao presidente da Funai abrindo bem os braços e fechando-os à medida em que falava: "General, nossa terra era deste tamanho e foi diminuindo, diminuindo. Quando fechar — perguntou, juntando as mãos com violência — o que vai acontecer?"

Mais que as ameaças dos caciques guajajaras, no entanto, a própria situação fundiária do Estado, provocada pela falta de critério do Executivo maranhense, permitia a previsão de um desfecho violento. O próprio Estado doou uma área de 300 mil hectares para a criação da reserva. Mais tarde, cedeu parte dessa área para um grupo religioso e vendeu outra para uma construtora. Ao mesmo tempo, todas as terras próximas foram vendidas a grandes grupos econômicos, interessado sem implantar projetos agropecuários, sem qualquer verificação da presença de posseiros. Assim, grande parte dos invasores das terras dos guajajaras vieram dessas terras, expulsos pelos seus novos proprietários.

Além dos posseiros expulsos das áreas compradas pelos grandes grupos econômicos, existem as grandes empresas, como a Copisa, que comprou uma área da Comarca — Companhia Maranhense de Colonização — localizada dentro da reserva. O próprio governador maranhense já admitiu que possui terras naquela área. E a Comarca, no primeiro projeto físico de ocupação do 1,7 milhão de hectares da região do rio Buriticupu, loteou toda a área dos guajajaras e, quando tentou corrigir o erro, era tarde demais.

Na parte Norte da reserva, no posto indígena de Canabrava, que reúne 11 aldeias e cerca de 600 índios, existem três povoados — São Pedro, Alto Alegre e Centro Velho — com mais de 10 mil habitantes, onde são registrados conflitos constantes. Há cerca de dois meses, o chefe do posto de Canabrava, Eklomar Gerhardt, alertava que os 11 caciques do grupo haviam decidido "reunir dois mil índios e varrer a área de qualquer maneira", caso o prazo de retirada dos invasores não fosse respeitado. Essa ameaça, até agora, não foi cumprida. Mas a situação parece ter-se modificado entre os guajajaras.